

## **Intervenção do Ministro do Ambiente e da Ação Climática**

Audição Regimental na Comissão de Ambiente, Energia  
e Ordenamento do Território

**Assembleia da República, 14 de julho de 2021**

Senhor presidente da Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território,  
José Maria Cardoso

Senhoras e senhores deputados,

Julgo que a muitos deputados nesta Assembleia não chegou a boa-nova. A Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia foi um sucesso na área do Ambiente e da Energia, qualquer que seja a bitola usada.

O Parlamento Europeu felicitou-a, aquando da aprovação da Lei do Clima. Os ambientalistas europeus, normalmente grandes críticos, consideraram um sucesso da presidência de Portugal a gestão da Estratégia da UE para a Sustentabilidade dos Produtos Químicos e a grande ambição, expressa pelo Conselho, em março, de avançar para um ambiente livre de produtos tóxicos. Mas também aprovámos a Estratégia Europeia de Adaptação às Alterações Climáticas e o regulamento das novas redes transeuropeias de energia, que inibe o financiamento de projetos com combustíveis fósseis.

Para que não fiquem dúvidas: todos os objetivos da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia na área do ambiente e da energia foram alcançados, tendo sido dado um contributo fundamental para a concretização do Pacto Ecológico Europeu. Sim, seguimos o nosso mote: agimos.

Era esta a minha primeira nota.

Senhoras e senhores deputados,

São decisivos os investimentos em curso no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, quer para recuperar a economia, no imediato, quer para mudar o seu paradigma, no futuro. Deles falarei de seguida, mas permitam-me começar a minha intervenção pelos investimentos do REACT, que, embora de menor dimensão financeira, provocarão significativos impactos pela forma como os resolvemos concentrar.

Como já tive oportunidade de referir nesta Câmara, estão previstos, no REACT, 130 milhões de euros para investimentos dedicados ao ambiente e ação climática.

Estes investimentos respeitam, a saber, à **recuperação de linhas de água**, ao **saneamento básico** e à **resiliência do território às alterações climáticas**.

Vamos por partes.

A 30 de abril, em Coimbra, assinámos os contratos para os investimentos de **recuperação de linhas de águas**. Um benefício para cerca de 150 quilómetros de cursos de água.

Este é um programa que evoluiu, das intervenções em pequenos cursos de água afetados pelos incêndios, para ações nos maiores rios portugueses. Neste ciclo, interviremos na recuperação do Mouchão da Póvoa, em Vila Franca de Xira, e nas margens do Ferreira. Mas também no Ave que, após o seu grande projeto de despoluição, há 25 anos, não voltou a sofrer cuidados. E uma mão cheia de outros exemplos: a requalificação das margens do Nabão, a reabilitação do rio Leça, a requalificação do rio Vouga, a intervenção no Guadiana, a atuação no Fresno. O padrão das intervenções será sempre o mesmo: utilização de métodos de engenharia natural, arte na qual Portugal vai sendo conhecido no mundo.

**Ao nível do saneamento**, será dada prioridade a investimentos em regiões onde é necessária uma melhoria expressiva da qualidade das massas de água, apostando nas redes de recolha em baixa no Alto Minho (5 milhões), no Noroeste (20 milhões) e na região de Aveiro (3 milhões). Serão privilegiados investimentos na recolha domiciliária, que abrangem população ainda não servida e que garantam maior qualidade do serviço.

O Sistema Público de Parceria das Águas do Alentejo beneficiará de cerca de 2 milhões de euros de investimento e um dos problemas mais agudos neste setor – o sistema de saneamento de águas residuais do município de Alcanena - contará com 5 milhões de euros.

É também clara a aposta da dimensão climática do REACT na adoção de **medidas de base territorial com um impacto positivo ao nível da resiliência e sustentabilidade**, fundamentais para a adaptação às alterações climáticas. Iremos,

assim, promover programas destinados à rearboração de áreas aridas e à gestão de combustível nas matas nacionais e perímetros florestais (para os quais alocámos 25 milhões de euros).

Mas não só: beneficiaremos parques florestais urbanos (1,5 milhões de euros), recuperaremos áreas ambientalmente sensíveis, suscetíveis à desertificação (10 milhões), procederemos à rearboração de espaços verdes e à criação de Ilhas-sombra em meio urbano (1,5 milhões de euros). De igual modo, estes recursos do REACT servirão para modernizar e otimizar os viveiros florestais públicos e o Centro Nacional de Sementes Florestais, permitindo o fornecimento de plantas de qualidade a utilizar em ações de rearboração (2 milhões de euros) e para concretizar o investimento contratado com os transmontanos no Roteiro Terras de Miranda (5 milhões de euros).

Senhoras e senhores deputados,

Os investimentos no saneamento e na resiliência do território que aqui anunciei serão apresentados dentro de dias. Mas em relação ao PRR, que norteará a nossa vida coletiva nos próximos cinco anos, já muito está no terreno.

Dos 16,6 mil milhões de euros inscritos no PRR, cerca de 6,3 mil milhões de euros (ou 38% das verbas do PRR) foram mobilizados para objetivos de transição climática. E se a este valor adicionarmos os montantes que alocámos no REACT e no próximo Quadro Financeiro Plurianual (Portugal 2030), chegamos à conclusão de que são mais de 13 mil milhões de euros consagrados à transição verde.

Em poucas palavras, os investimentos na área do Ambiente lideram – e liderarão – a recuperação.

Quando, na primavera do ano passado, em plena pandemia, preparámos um documento para nos orientar no período pós-COVID, consultando e recolhendo os contributos de mais de uma vintena de especialistas, não tivemos dúvidas: os programas e os investimentos em sustentabilidade tinham de estar no centro da ação política. Não por capricho ou por oportunidade – tão só porque riqueza e bem-estar conjugam-se com Ambiente.

Na altura, propusemos uma visão para a recuperação do país, que aqui recordo: **“Só se cria riqueza e bem-estar para a sociedade a partir de projetos de investimento que beneficiem a redução de emissões, promovam a transição energética, a mobilidade sustentável, a circularidade da economia e a adaptação e valorização do território”**.

Defendemos, também, que a nossa missão, e volto a citar, era a seguinte: **“Com objetivos planeados, garantiremos que os temas ambientais são comumente aceites como os que melhor contribuem para a recuperação da economia e para o combate à pobreza, no curto prazo, e, em simultâneo, para construir uma sociedade mais justa e um território mais sustentável, no longo prazo”**.

Senhoras e senhores deputados,

Ao revisitar o que escrevemos há mais de um ano, deteto aí o ADN que orientará a nossa recuperação económica. O documento que preparámos nos momentos mais negros da pandemia, recorde, foi a pedra de toque da elaboração do PRR.

Essa marca de água reconhece-se no PRR, quando nele foram inscritas verbas para a bioeconomia. Está presente quando considera essenciais os investimentos nos transportes coletivos, na mobilidade urbana e periurbana das áreas metropolitanas ou nas urbes de média dimensão. Está inscrita no apelo para mudarmos o panorama das nossas florestas e para preservarmos a biodiversidade. Está no cerne da transição energética, ao apoiar a criação de uma base industrial e de um mercado para os gases renováveis e ao reconhecer a importância do reforço da eficiência energética nos edifícios.

Há mais de cinco anos fomos o primeiro país a comprometer-se com a neutralidade carbónica, em 2050. Esta Câmara, pela voz de muitos deputados, nem sempre é favorável ao pioneirismo – e esse atavismo vem muitas vezes das áreas políticas que se consideram mais progressistas. Mas não oiço, hoje, nenhuma voz que se oponha ao facto de termos sido os primeiros a clamar por esse objetivo, atualmente consensual e prosseguido por uma cada vez mais significativa maioria de nações.

Não nos enganámos – pois não – quando fomos vanguardistas na execução de um conjunto de elementos de planeamento que serviram de guia da nossa ação nos últimos cinco anos, dos quais relevo o Roteiro para a Neutralidade Carbónica, que com clareza identifica os investimentos na sustentabilidade como os que mais fazem crescer a economia.

Não nos enganámos, também, quando inscrevemos no Plano Nacional de Energia e Clima metas ambiciosas, que condensam até ao final desta década o grosso das medidas e dos investimentos cruciais para a redução da nossa pegada carbónica. Por essa razão, e pela adoção de medidas bem claras, o processo de descarbonização da nossa economia está a ser bem mais rápido do que os mais voluntaristas previam ou desejavam. Com o fecho das centrais a carvão, as nossas emissões vão cair a pique este ano – serão menos 12 milhões de toneladas de dióxido de carbono emitido para a atmosfera, em relação a 2017.

Senhoras e senhores deputados,

Sempre apostámos em fazer e muito está feito. Está agora na altura de o lembrar. Porque, na área do Ambiente, já foram lançados vários investimentos relativos aos cerca de 3,7 mil milhões de euros do PRR que estão sob gestão direta do Ministério do Ambiente e da Ação Climática.

Fomos os primeiros a anunciar um concurso que usa verbas do PRR, quando, no Porto, lançámos o procedimento para a construção da nova ponte sobre o Douro (50 milhões de euros), que permitirá construir a segunda linha do metro entre Gaia e o Porto.

Lançámos o concurso para a constituição de consórcios que desenvolvam as fileiras da bioeconomia na área das resinas naturais, dos têxteis e do calçado sustentável, trazendo um novo fôlego a atividades económicas centrais na nossa economia, que carecem de um olhar mais circular sobre os materiais, de sustentabilidade no seu uso e de inovação. Serão cerca de 130 milhões de euros para estes três setores.

Complementarmente a estes programas, para a semana, na Tapada de Mafra, assinaremos o protocolo do “Programa Resineiros Vigilantes 2021”, que permitirá apoiar a vigilância e a deteção de fogos rurais nas áreas sob gestão do resineiro. O protocolo, assinado entre o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas e a Resipinus - Associação de Destiladores e Exploradores de Resina, conta com um apoio de 99 mil euros.

Quando, há três semanas, lançámos o Programa de Apoio a Edifícios + Sustentáveis, suspeitávamos que os 30 milhões de euros disponibilizados para melhorar a eficiência energética das habitações dos portugueses se esgotariam depressa. Não estávamos enganados: até ao início desta semana havia já cerca de 11 mil candidaturas submetidas e na semana anterior foram pagos os primeiros apoios (180 mil euros), apenas três semanas após a abertura das candidaturas.

Disse, em Sintra, aquando da apresentação deste programa, e repito, aqui: que se esgote – e depressa – a verba deste aviso. Dispomos de 610 milhões de euros para a eficiência energética dos edifícios, dos quais 300 milhões são para espaços residenciais. A nossa urgência é melhorar o desempenho energético dos edifícios e rapidamente fazer chegar estas verbas às pessoas, dinamizando a economia e as cadeias industriais e de serviços que lhes estão associadas. Por isso, para mim, a melhor notícia era que as verbas acabassem depressa – assim, depressa, abriremos outro aviso como a mesma finalidade.

Apresentámos, a semana passada, o investimento, também ao abrigo do PRR, do metro de superfície em Odivelas e Loures, que, descrevendo um arco que amarrará à já existente estação do Metro de Odivelas, permitirá estruturar um território

periurbano e facilitar a mobilidade na área metropolitana da capital. São 250 milhões de euros que irão mudar a face da zona norte de Lisboa, afetando positivamente a sua mobilidade coletiva.

Também a semana passada, lançámos o concurso para a linha de autocarros rápidos em via dedicada que ligará a Rotunda da Boavista e a Praça do Império, no Porto. Um investimento de 66 milhões de euros que aliviará o trânsito automóvel e facilitará a mobilidade na zona ocidental da cidade, não derrubando uma única árvore na avenida Marechal Gomes da Costa.

Para a semana, na Pampilhosa da Serra, prevemos apresentar a constituição das primeiras Áreas Integradas de Gestão da Paisagem, os instrumentos do Programa de Transformação da Paisagem dirigidos a contextos microterritoriais, com escala adequada à gestão ativa e racional dos espaços agroflorestais (no mínimo, 100 hectares).

Foram submetidas propostas de 97 áreas deste género e 47 têm condições para prosseguir, abrangendo cerca de 94 mil hectares e 26 concelhos. Houve 33 áreas destas submetidas por autarquias e 14 por organizações de produtores agrícolas ou florestais.

O Plano de Recuperação e Resiliência vai apoiar, até 2025, a constituição de 60 Áreas Integradas de Gestão da Paisagem, no valor de 3 milhões de euros, e a execução das respetivas 60 operações integradas de gestão da paisagem, com um investimento de cerca de 220 milhões de euros.

Quero agora terminar com uma nota sobre assunto diferente.

Os combustíveis encontram-se em valores máximos de dois anos. Ao contrário do que alguns afirmam, tal não se deve ao aumento da carga fiscal mas, sobretudo, à evolução das margens de comercialização, que segundo análise da ENSE, poderão ter aumentado para lá do justificável.

Ou seja, e de forma muito simples: as margens de comercialização dos combustíveis terão batido máximos durante a pandemia.

O Governo não pode intervir no preço dos combustíveis à saída das refinarias, que é determinado pelo mercado mundial. Nestes dois anos, a carga fiscal manteve-se estável. O preço das licenças de emissão de dióxido de carbono reflete a necessidade de mudança para um paradigma hipocarbónico, com o qual concordamos. Por isso, resta-nos, mediante fundamentação regulatória, intervir nas

margens de comercialização que, se não são abusivas, refletem pelo menos um crescimento duvidoso.

Sim, duvidoso porque não são refletidos nos preços de venda ao público as descidas de preço do crude, ao invés da rapidez por todos sentida aquando da subida do seu preço.

Senhoras e senhores deputados,

Não existia, até ao dia de hoje, nenhum mecanismo que permitisse atenuar essas variações. Por isso, a área do Ambiente e da Ação Climática proporá, ainda hoje, um decreto-lei que permite ao Governo atuar sobre as margens de comercialização dos combustíveis, de forma a que o mercado de combustíveis reflita os seus verdadeiros custos. Ou seja, que quando se verifique uma descida, a mesma seja sentida e apropriada pelos consumidores ao invés de apropriada pelas margens de comercialização, evitando, ainda, subidas bruscas e, potencialmente, injustificadas.

Não entendam os senhores deputados que esta medida é um aval à utilização de combustíveis fósseis. O nosso compromisso é com a descarbonização. O futuro da mobilidade é coletivo, elétrico ou a gases renováveis. Mas esse compromisso não nos exime de atuar no curto prazo para corrigir um mercado onde há agentes que se aproveitam das flutuações de preços para aumentar injustificadamente as suas margens.

Sim, o capitalismo, para ser saudável, precisa da moderação do Estado – é isso que nos propomos fazer.

Obrigado.